



## **POLÍTICAS SOCIAIS, CAPITALISMO E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL: a classe trabalhadora em tempos de democracia liberal**

FERREIRA, Érica Zorzi<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo visa discutir as políticas sociais ao longo de seu processo de inserção na sociedade capitalista, sob a visão de autores que buscaram compreendê-las no interior da classe trabalhadora. Esta classe, que se materializa na precarização da força de trabalho e que compõe a polêmica agenda governamental de redução de gastos e de contra reformas trabalhistas, se vê diante de um Estado cada vez mais reducionista no que se trata de políticas de bem-estar social. Com vistas a contextualizar o cenário político e econômico, bem como diante da necessidade de trazer contribuições históricas a cerca da origem das políticas sociais, ao longo do texto serão tratados temas que envolvem essa problemática, sobretudo atrelada ao atual sistema capitalista de acumulação flexível, inserido em um governo de democracia liberal.

**PALAVRAS-CHAVE:** política social, democracia, liberalismo.

### **1. INTRODUÇÃO**

De um modo geral, torna-se precipitado, do ponto de vista econômico e político, descrever um conceito único sobre políticas públicas, sobretudo quando estas encontram-se inseridas em um contexto de capital x trabalho. Neste sentido, quando nos preocupamos em discutir a respeito do contexto em que certa política pública foi inserida, nos cabe analisar qual a sua intencionalidade diante daquele contexto, quais as correlações de forças envolvidas e quais as intenções de classes no interior de sua aplicabilidade.

Ocorre, por assim dizer, que ao discutir políticas públicas, têm-se que estas são determinações do Estado em resposta à luta de classes por parte de diversos atores envolvidos, sejam estes negros, pobres, mulheres, jovens, idosos, pessoas com deficiência, entre tantos outros, as quais podem atingir níveis de proteção, promoção, bem-estar e de

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ericzferreira29@gmail.com.

direitos sociais, mas o que torna contundente salientar, refere-se ao fato de que esta trama de relações também faz parte de um sistema capitalista excludente em que, de um lado temos os que vendem sua força de trabalho para obter o auto sustento e de outro temos a “mão invisível” do mercado que explora e que também se utiliza de ferramentas públicas em benefício de si próprio.

Desde o início da dominação do capital sobre o trabalho, a qual se intensificou no século XIX, como é possível observar nas condições de trabalho no interior das fábricas, a classe trabalhadora tem enfrentado as consequências do modo de produção capitalista. Ao longo deste processo, em que se tem a exploração da mão-de-obra para a obtenção de lucro, o que se tem é um constante distrato às intenções políticas e sociais por parte da classe trabalhadora.

Conforme Dias (1997), esta dominação reflexiona em uma liberdade impossível ao trabalhador, quando este se vê inserido nos moldes de uma sociedade essencialmente mercantil. Diante desta realidade, se desenvolve um Estado que tende a favorecer o mercado e suas leis, o que por conseguinte se estabelece em um sistema desigual em seu aspecto econômico, principalmente no que tange a distribuição da riqueza socialmente produzida.

Portanto, seria possível considerar que a política social encontre em sua concepção algo definido? Ou seja, sua intencionalidade no meio social, de fato, ocorreria de maneira simples, sem que de fato houvesse a interferência de classes? Se considerarmos o meio social como uma realidade em constante movimento, atribuir uma maneira única de desenvolvê-las na sociedade, torna-se uma atitude impossível, ou em outras palavras, algo quase que inconcebível do ponto de vista capitalista.

Ainda que estudos recentes demonstram uma preocupação em defini-las, salienta-se que as políticas sociais estão para além de um cotidiano simples de relações em sociedade, de “problemas sociais” a serem resolvidos em que se estabeleçam um dicionário de resoluções.

Este artigo, pretende abordar em um primeiro momento considerações acerca de políticas sociais, em específico no que se refere a conceitos, Estado de bem estar social, bem como sobre sua aplicabilidade na sociedade capitalista e em um segundo momento, a abordagem será em torno dos desafios para a classe trabalhadora em meio ao modelo democrático neoliberal e de acumulação flexível.

## **2. BREVES CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS SOBRE POLÍTICAS SOCIAIS**

As políticas sociais, em sua generalidade, se inserem em um contexto de legitimação do Capital, ou seja, em sua maioria desenvolvem -se como princípio mantenedor dos

interesses das classes dominantes, ou, do ponto de vista econômico, como uma resposta do Estado diante das lutas de classes. Desta maneira, compreendê-las no interior das relações entre Estado e classe trabalhadora, torna-se de extrema importância, uma vez que os interesses políticos no interior destas se dão de maneira antagônica.

Em se tratando de políticas sociais, muitas são as discussões e inquietações que percorrem o ideário político, no sentido de atribuir uma definição mais próxima de suas relações com a sociedade. De fato, alguns autores como DI GIOVANI e NOGUEIRA (2018) tentaram organizar um dicionário crítico para que não se atribuísse um significado único em torno desta problematização, ou seja, para que não se obtivesse conceitos pré-estabelecidos, partindo de pressupostos do senso comum para esta temática. Assim, os autores destacam que:

Um dicionário parece configurar um instrumento importante e bastante adequado a esse propósito. Não se trata, evidentemente, de tentar impor um padrão de linguagem ou uma perspectiva teórico-metodológica, nem muito menos de refrear ou limitar o saudável pluralismo político e ideológico que acompanha as discussões na área. Um dicionário, na melhor das hipóteses, é um recurso que pode contribuir para que se aprofunde e se amplie determinado campo de estudos. Pode, ao mesmo tempo, funcionar como ferramenta didática para o ensino da disciplina, como fator de constituição de uma cultura específica para a área e como obra de referência para todos que por ela se interessem (p.1).

Para o autor cabe considerar que a obra em si visa contribuir para uma leitura a respeito de políticas públicas, sem que o leitor se prenda a um conceito em específico do tema e para que à medida que surjam necessidades de compreendê-las frente a um novo contexto de governo, este instrumento seja útil a nível de apropriação do conhecimento e de criticidade histórica.

Por ser a classe trabalhadora a mais afetada, ocorre, portanto que a empregabilidade de políticas públicas se relaciona ao fato de que, por um lado, sua intencionalidade revela a promoção do bem-estar social, mas por outro, sua elaboração, execução e continuidade não se desenvolve em uma sociedade justa e igualitária.

De acordo com Andersen (1990), uma das questões relevantes acerca do tema refere-se à necessidade de discutir sobre o *welfare state* nas sociedades capitalistas. Se este de fato foi capaz de reduzir a distinção entre as classes sociais. Em seu primeiro capítulo do livro “As três Economias Políticas do *Welfare State: The three worlds of Welfare Capitalism*”, o professor e sociólogo traz um breve histórico sobre três correntes: o conservadorismo, o liberalismo e o marxismo (este último atrelado a uma social democracia) e em suma, visa debater políticas sociais, direitos e nível de aplicabilidade de políticas públicas nos governos, sobretudo na cena política contemporânea, que por ora envolve as lutas de classes, as desigualdades sociais e a classe trabalhadora.

Conforme destaca, é como se um regime de governo não fizesse referência a uma classe ou agente social em particular. Desta maneira, refere que sempre haverá a subdivisão entre as classes, sendo que de um lado terá os trabalhadores exigindo melhores salários, por exemplo, e do outro os proprietários de terra exigindo proteção em forma de tarifas, monopólios ou subsídios. Como se um regime que partisse pelo pressuposto de atender os direitos dos trabalhadores, também tivesse que ceder a certo ponto aos interesses do mercado (Andersen, 1990).

Outras contribuições teóricas estão relacionadas a estudos sobre economia política e estado de bem-estar social. Autores como Adelantado, Noguera e Rambla (1998), quando se propuseram em destacar esta problematização por meio de estudos acerca de relações complexas entre estrutura social e políticas sociais, assim o fizeram numa perspectiva também atrelada à discussão em torno da contribuição teórica da obra de Esping Andersen (1990). Os autores reforçam a possibilidade de duas novidades: a) A análise da desmercantilização ou desmercadorização, nos termos de Andersen; b) Traz de forma muito mais explícita a conexão entre política social e estrutura social, explicando o “surgimento de distintos sistemas de estratificação social que dão lugar a diferentes alianças de classes”.

A esta primeira questão, referente a desmercantilização, têm-se que esta ocorre a partir do momento em que um serviço público pode ser usufruído como direito, ou seja, quando o acesso a alguma política (assistência social, previdência social) torna-se direito de fato, sem que seja necessário depender do mercado para que esta se torne efetiva. Já no que se refere à segunda análise, em que se reflete o surgimento de distintos sistemas de estratificação, outras reflexões entram em debate. Trata-se do fato de que o welfare state não é somente um mecanismo utilizado pelo Estado para “resolver” problemas de desigualdade social, pois como se vê, depende de forças e de relações sociais incrustadas no Estado. Neste sentido, reforça-se que “a política social não só compensa ou reduz as desigualdades originadas em outros âmbitos, mas também pode reproduzi-las, aumentá-las e constituí-las como tais” (Adelantado; Noguera; Rambla, 1998, p. 124).

Em se tratando de um contexto cada vez mais amplo a respeito desta temática, é possível observar nestas discussões, que as políticas sociais envolvem conceitos sobre sociedade e sobretudo de suas relações com o Estado. Assim, tem-se que a política social “define e administra as desigualdades, distribui fluxos de recursos de bem-estar de um setor (mercantil, estatal, familiar, voluntário) para outro”, ao mesmo tempo que mercantiliza e desmercantiliza; familiariza e desfamiliariza, comunitariza e descomunitariza. Com isso, regula o conflito social e impacta a estrutura social que, conseqüentemente impacta na sua organização e implementação (Adelantado; Noguera; Rambla, 1998).

Após estas breves considerações acerca das políticas sociais, a seguir serão abordados o contexto em que se deu o modelo de acumulação flexível na classe

trabalhadora, bem como sobre o desenvolvimento deste diante de um modelo de democracia liberal.

## **2.1. A classe trabalhadora em meio ao modelo de acumulação flexível: discussões em tempos de democracia liberal**

Ao que se possa exemplificar nas discussões sobre trabalho, entende-se que este ocorre quando parte-se da necessidade de se atribuir bens para si mesmo, numa troca mútua entre força de trabalho e transformação da natureza. O homem consegue realizar trabalho, pois ao materializar seus esforços, transforma as relações com a natureza, assim como com tudo o que está ao seu redor. Portanto, um mesmo objeto ou espaço de trabalho passa a não ter a mesma configuração inicial, uma vez que constantemente se apresenta passível de alterações. Partindo deste pressuposto, compreende-se que o homem é o único ser capaz de gerar trabalho. Portanto, faz-se contundente expor neste contexto as afirmações de Marx, quando num cenário comparativo, estabelece as diferenças de trabalho entre a abelha e o arquiteto. O trabalho é atribuído como uma atividade que:

[...] pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de sua colmeias [sic.]. Mas o que distingue de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera (MARX, 1996, p. 283).

De um modo geral, quando Marx faz referência à produção do mel pela abelha, afirma que ela assim o fará por toda sua existência e ainda que se apresente com nuances em seu processo de elaboração é fato de que não haja alteração em seu produto final, pois este ocorre mecanicamente. Ao passo que com o homem, tal efeito não acontece da mesma maneira, pois sendo o homem capaz de constituir saber para si, poderá em algum momento, utilizar-se deste para fins de interesse próprio. E é neste movimento dialético que se instaura a possibilidade de produção em massa, em que se tem a venda da força de trabalho para a obtenção da mais-valia. *“Criar mercadorias, passíveis de troca por dinheiro e, desta maneira, garantir o acúmulo da mais-valia: eis o sentido assumido pelo trabalho na sociedade capitalista!”* (TRINDADE, 2015, p. 83, grifos do autor).

De acordo com Harvey (2008), em seu segundo capítulo do livro “A condição pós-moderna”, a classe trabalhadora passa por mudanças geográficas e culturais no interior do mundo capitalista. Para o autor, à medida que se acentuam as forças de mercado, no sentido de manter os lucros sustentáveis para este, o Estado, entre outros meios, como a religião e os sindicatos, por exemplo, também intervém para que a massa assalariada seja mantida. Assim, no que tange às mudanças em relação às formas de liberalismo aplicada

pelas classes que mantêm o poder, o autor vai destacar o modelo Fordista, bem como o modelo de acumulação flexível, sendo este último, desenvolvido mais recentemente.

Para o autor, este modelo pode ser definido por uma palavra em específico: a rigidez. Assim, haverá rigidez na alocação e nos contratos de trabalho, sobretudo no setor monopolista, sendo este período também marcado pelas ondas de greve da classe trabalhadora.

Em suma, este período, conhecido como neoliberal:

[...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 2008, p.140).

O período de acumulação flexível foi marcado por altos níveis de desemprego, em que também se viu a diminuição da presença sindical, o aumento da mão de obra excedente, o que refletiu fortemente nos contratos de trabalho, os quais passaram a ser flexibilizados, de maneira a favorecer os interesses dos 'patrões'. Algo recorrente no neoliberalismo diz respeito ao crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado (HARVEY, 2008).

No que se refere à democracia, observada a partir de bases liberais, ou melhor, neoliberais, verifica-se que é cada vez mais enfraquecida do ponto de vista da classe trabalhadora. A acumulação flexível revelada há muitos anos, abre verdadeiras crateras entre aqueles que detêm os meios tecnológicos financeiros e de produção, dos que contam somente com a mão de obra, seja ela qualificada ou não.

Contudo, seria a democracia um caminho possível no Capitalismo? De acordo com Dias (1997), se a intenção do capitalismo é de não medir esforços para a acumulação de riquezas e se este se vale de qualquer estratégia de mercado para a obtenção máxima de mais-valia, a democracia neste contexto, em seu pressuposto de participação das massas populares, será tão logo excludente. Isto porque em seu valor universal, jamais alcançará, frente estas relações de poder, a subversão do sistema.

A democracia em seu sentido mais genuíno relaciona-se à possibilidade de governar a sociedade partindo-se de um viés mais justo e igualitário. Para Boron, o contraste social encontra-se na maneira de como esta democracia é concebida pelo governo e continua:

[...] uma coisa é concebê-la como método de governo, a fim de utilizá-la nas formulações e nos processos decisórios, no âmbito estatal e outra bem distinta, imaginá-la como possibilidade de forma de vida, que se estabelece como modo de convivência entre homens e mulheres, que orienta e que regula o conjunto das atividades de uma comunidade. (NÚN, 1991, Apud BORON, 2002, p.9)

Para o autor, o que se tem, portanto, é uma democracia governada por uma classe estritamente dominante, acima de uma democracia governante, sendo esta última vista por este viés de justiça, como possibilidade de liberdade entre os sujeitos.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em seu percurso ainda de consolidação, vimos a hegemonia burguesa se apresentar claramente às intenções de mercado. Tão logo se tornou evidente sua dominação político econômica, assim também se disseminou sua governabilidade, ao ponto que se mostra tão fortemente defendida pelos interesses neoliberais nos dias de hoje. Algo que se vê proporcional a esta disseminação política, se refere à manifestação da extrema pobreza em seu sentido mais amplo e se torna cada vez mais presente à medida que vai ganhando espaço.

A ideia do termo democracia, gerada a partir de um contexto didático, filosófico, científico e até mesmo de senso comum, cria a percepção de justiça, igualdade, onde todos podem estar nas mesmas condições e ter as mesmas vantagens. No entanto, sabe-se que a visão liberal se trata muito mais de uma questão procedimental, do que propriamente real, basta analisar a atual tendência dos mercados de trabalho com foco na redução do número de trabalhadores 'centrais' e contratações 'flutuantes'.

O Estado por si só, cria um ambiente moralista em suas decisões, que por um viés de vigilância e punição à classe pobre se nega à possibilidade de criação de uma política social que atenda ao proletariado em sua totalidade e, por conseguinte, se reduz à esfera da coesão social.

Retomando para o atual contexto da classe trabalhadora em meio ao modelo capitalista de acumulação flexível o que se tem frente a este atual governo, é um modelo de gestão que se insere politicamente por uma conduta pautada na austeridade fiscal, o qual se prevalece da redução de gastos, como se assiste na área trabalhista.

Nota-se que, se cabe ao trabalhador enfrentar esta crise, fazê-lo implicaria num contexto de lutas nos processos de trabalho, bem como nos espaços democráticos em que estas lutas alcancem a possibilidade de "barganhas" políticas e sociais. Como se viu, este movimento não alçou fortes expectativas, ao se deparar com a perversidade do atual sistema que duramente os oprime e exclui. Em suma, esta possibilidade de negociação, se revela em um contexto fascista e se apresenta diante de um processo enraizado com a contra reforma da CLT.

Por assim dizer, conclui-se que do ponto de vista da classe trabalhadora, quando se vê diante da necessidade quase que vital de luta por uma sociedade mais justa e igualitária, perde forças quando se vê submetida aos ditames do sistema ultraneoliberal e neofascista

vigente, o qual visa a favorecer a minoria de suas classes, cerceando relações exclusivamente aos seus interesses.

## REFERÊNCIAS

ADELANTADO, José; NOGUERA, J.A. y RAMBLA, X. **El marco de análisis**: las relaciones complejas entre estructura y políticas sociales. Cambios en el Estado del Bienestar. Revista Mexicana de Sociología, Vol. 60, No. 3 (jul. - Sep., 1998), pp. 123-156).

BORON, A. **Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 7-48.

DIAS, E. F. Democracia como valor universal ou regra do jogo? In: **A liberdade (im)possível na ordem do capital**: reestruturação produtiva e passivização. Campinas/SP: IFCH/Unicamp, 1997. p.55 a 66.

DI GIOVANNI, Geraldo. **As estruturas elementares das Políticas Públicas**. Campinas: Caderno de Pesquisa, n. 82, UNICAMP/NEPP, 2009.

GOSTA, Esping Andersen. **As três Economias Políticas do Welfare State: The three worlds of Welfare Capitalism**. Princeton, Princeton University Press, 1990, p. 85 -116.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança Cultural**. 17ª edição. São Paulo: Loyola, 2008. Parte II – A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX, p. 115 a 177.

MARX, K.. **O Capital**: crítica da economia política (Livro 1, Volume 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

TRINDADE, H. Os sentidos e as configurações históricas do trabalho. In: AMARO, S. (Org). **Dicionário crítico de Serviço Social**. Rio de Janeiro: Autografia, 2015, p. 69-89.